



demonstrações contábeis

31 de Dezembro de 2024
com relatório dos
Auditores Independentes
Nire: 43300011127
CNPJ: 88.076.302/0001-94

Via  **ap**

SENHORES ACIONISTAS

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, submetemos à apreciação as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das notas explicativas, apresentadas na forma da Legislação Societária, bem como das normas e instrumentos provenientes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

DAS OPERAÇÕES

O ano de 2024 foi marcado por uma evolução significativa para a VIA CAPITALIZAÇÃO S.A., resultado direto da estratégia adotada no ano anterior, que priorizou o desenvolvimento e o lançamento do produto "Influencers". Esse foco estratégico, alinhado à visão de capturar um nicho de mercado ainda inexplorado, proporcionou um crescimento muito maior do que o inicialmente previsto. O sucesso do produto "Influencers", 100% digital e com alcance nacional, foi fundamental para a expansão expressiva de nossa participação no mercado da modalidade Filantropia Premiada. O foco no público-alvo diversificado e a inovação no formato digital se provaram decisivos para a consolidação de nossa posição de liderança. Além disso, a reformulação de nossos processos de gestão e tecnologia, já iniciada no ano anterior, permitiu que a Companhia se tornasse ainda mais eficiente e ágil, potencializando o crescimento dos nossos produtos e consolidando nossa jornada rumo a uma operação 100% digital e totalmente alinhada às demandas do mercado.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

A Via Capitalização S.A. apresentou em 2024 um lucro líquido de R\$ 11.673mil (2.450mil em 2023), um crescimento de 376,39% em relação ao mesmo período do exercício anterior, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



O desempenho da receita financeira alcançou o montante de R\$ 10.034mil (7.577mil em 2023), um crescimento de 32,43% em relação ao ano anterior.



A arrecadação no valor de R\$ 721.753mil (R\$ 495.656mil em 2023) teve um crescimento de 45,62%.



E o patrimônio líquido um aumento de 55,84% sendo R\$ 26.971 mil no exercício (R\$ 17.307mil em 2023), somente ajustando os processos e realinhado o planejamento estratégico.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

As políticas de governança corporativa da Via Capitalização S.A. mantem uma transparência e acesso as informações pelos investidores. As decisões tomadas pela Diretoria Executiva são precedidas por discussões em colegiados, sejam eles compostos por comitês independentes ou membros da própria diretoria. Seguimos evoluindo na modernização dos processos no que se refere a Circ. SUSEP nº 666/22. A Via Capitalização S.A., através de suas auditorias independentes de reputação internacional, e equipes de trabalho dedicadas, realiza revisões em seus controles de governança, este processo garante atualização das boas práticas e conformidade com o órgão regulador.

GOVERNANÇA DE DADOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - LGPD, Lei nº 13.709, de 14/08/2018

Considerando as exigências definidas pelos Órgãos Reguladores, de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados e o incremento na velocidade de transformação digital que estamos vivenciando, a Companhia reafirma o compromisso com a disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade das informações da Companhia e dos seus clientes, prestadores de serviços e colaboradores com ênfase especial à privacidade, segurança da informação e governança de dados pessoais e sensíveis, dentro e fora da Companhia. Sendo assim, a ViaCap tem acompanhado de forma bastante presente as demandas dos reguladores e as necessidades dos clientes, apoiando-se nas melhores práticas de mercado para melhoria de qualidade, transparência e proteção de dados por meio de processos internos.

PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

A Via Capitalização S.A., promove periodicamente a atualização de todos os níveis de colaboradores, visando capacitá-los, de acordo com as determinações da Lei 9.613 de 1998, alterada pela Lei nº 12.683 de 2012 e Circular SUSEP nº 612/2020. Esta atualização insere as rotinas operacionais e faz parte integrante do Sistema de Controles Internos da Companhia.

CAPITAL MÍNIMO – RESOLUÇÃO CNSP Nº 432/2021

O Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, em 12 de novembro de 2021 editou a Resolução CNSP nº 432 (e alterações posteriores), que dispõe sobre provisões técnicas, ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capitais de risco, patrimônio líquido ajustado, capital mínimo requerido, planos de regularização, limite de retenção, critérios para a realização de investimentos, normas contábeis, auditoria contábil e auditoria atuarial independentes e Comitê de Auditoria aplicáveis a sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores. A Via Capitalização, declara que possui Patrimônio Líquido compatível para atender a referida disposição legal.

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

Em atenção à Circular SUSEP nº 648/2021 (alterada pela Circular SUSEP 678/2022), declaramos que a Companhia possui capacidade financeira compatível com as suas operações e intenção de manter os títulos classificados na categoria "disponível para negociação".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a visão voltada para o futuro, a Via Capitalização S.A. se prepara para uma jornada de transformação que vai além das expectativas. Para o próximo exercício, nosso objetivo é mais ambicioso do que nunca: não apenas ampliar nossa presença no mercado de capitalização, mas também redefinir o setor com produtos inovadores e estratégias arrojadas, que gerarão valor real para nossos acionistas e para a sociedade. Acreditamos que o sucesso vai além dos números; é preciso fazer a diferença. Ao fortalecer nossa marca, otimizar processos e diversificar nossas ofertas, buscamos consolidar nossa liderança, sem abrir mão do nosso compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade corporativa. Agradecemos aos nossos clientes pela confiança inabalável, aos órgãos reguladores pelo apoio fundamental e a todos os colaboradores e parceiros pelo trabalho árduo e comprometido. Com todos esses esforços unidos, estamos prontos para fazer de 2025 um ano de grandes realizações.

A direção.

Balanços Patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	N.E.	2024	2023
Ativo			
Ativo Circulante		100.346	125.105
Disponível		5.297	6.269
Caixa e Bancos	3a	5.297	6.269
Aplicações	5	73.907	102.789
Créditos das Operações de Capitalização	6	14.100	11.767
Créditos das Operações de Capitalização		19.245	15.903
(-) Redução ao valor recuperável		(5.145)	(4.955)
Outros créditos operacionais		-	819
Títulos e Créditos a Receber		6.900	3.878
Títulos e Créditos a Receber	7	2.879	2.201
Créditos Tributários e Previdenciários	8	213	128
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	1.990	1.390
Outros Créditos	10	1.818	160
Outros Valores e Bens	23	37	320
Despesas Antecipadas		105	82
Ativo Não Circulante		9.015	4.365
Realizável a Longo Prazo		773	769
Títulos e Créditos a Receber		79	75
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	79	75
Outros Valores e Bens	23	694	694
Investimentos	11a	2.663	2.424
Imóveis Destinados a Renda		2.341	2.412
Outros Investimentos		322	12
Imobilizado	11b	5.495	1.079
Imóveis de Uso Próprio		4.353	-
Bens Móveis		1.142	1.079
Intangível	11b	85	93
Total do Ativo		109.361	129.471
Passivo	N.E.	2024	2023
Passivo Circulante		79.423	111.470
Contas a Pagar	12	6.373	5.212
Obrigações a Pagar		1.063	634
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		2.398	2.653
Encargos Trabalhistas		257	231
Financiamentos		866	-
Impostos e Contribuições		1.700	1.694
Outras Contas a Pagar		89	-
Débitos c/ Operações de Capitalização	13	3.017	4.380
Depósitos de Terceiros	14	11.049	5.973
Provisões Técnicas - Capitalização	15	58.053	95.547
Provisão para Resgates		46.268	77.057
Provisão para Sorteio		11.423	18.062
Provisão p/ Receitas Diferidas		362	-
Provisão Administrativas		-	428
Outros Débitos	25	932	358
Passivo Não Circulante		2.967	694
Contas a Pagar	19	2.262	-
Financiamentos		2.262	-
Outros Débitos		705	694
Provisões Judiciais	18	11	-
Débitos Diversos	25	694	694
Patrimônio Líquido	20	26.971	17.307
Capital Social		19.993	19.993
Reservas de Reavaliação		12	12
Reservas de Lucros		6.966	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	(2.698)
Total do Passivo		109.361	129.471

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	N.E.	2024	2023
Receita Líquida c/ Títulos de Capitalização		721.753	495.656
Contribuição c/ Títulos de Capitalização	3b xi	722.114	496.039
Contribuição - Quotas de Capitalização e Sorteio		541.567	362.004
Contribuição - Quotas de Carregamento		180.548	134.035
Variação da Receita Diferida - Títulos de Capitalização		(361)	-
Variação da Provisão p/ Despesas Administrativa		-	(383)
Variação das Provisões de Resgates	15c	(326.872)	(218.087)
Variação da Provisão de sorteios	15c	(281.425)	(195.917)
Custo de Aquisição	17a	(92.356)	(67.888)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	17b	10.903	1.250
Outras Receitas Operacionais		11.413	6.440
Outras despesas Operacionais		(510)	(5.190)
Despesas Administrativas	17c	(12.479)	(7.614)
Pessoal Próprio		(4.699)	(4.138)
Serviços de Terceiros		(2.932)	(2.050)
Localização e Funcionamento		(4.151)	(897)
Publicidade e Propaganda		(2)	(4)
Publicações		(93)	(80)
Donativos e Contribuições		(434)	(61)
Despesas Adm. Diversas		(169)	(384)
Despesas c/ Tributos	17d	(6.199)	(4.367)
Resultado Financeiro	17e	7.353	4.954
Receitas Financeiras		10.034	7.577
Despesas Financeiras		(2.681)	(2.623)
Resultado Patrimonial	17f	(354)	(126)
Despesas c/ Imóveis de Renda		(354)	(126)
(=) Resultado Operacional		20.324	7.861
(=) Resultado Antes dos Impostos e Participações		20.324	7.861
(-) Imposto de Renda	24	(5.290)	(2.471)
(-) Contribuição Social	24	(3.192)	(1.497)
(-) Ativo fiscal diferido		-	(1.301)
(-) Participações s/ o Lucro		(169)	(142)
(=) Lucro Líquido		11.673	2.450
(/) Quantidade de Ações		2.085.532	2.085.532
(=) Lucro Líquido por Ação		5,60	1,17

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Abrangentes findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Resultado Líquido do Exercício	11.673	2.450
Resultado Abrangente do Período	11.673	2.450

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Reserva				Lucros/	
	Capital Social	Reavaliação	Estatutária	Legal	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	19.993	12	-	-	(5.148)	14.857
Resultado Líquido do Período	-	-	-	-	2.450	2.450
Saldos em 31/12/2023	19.993	12	-	-	(2.698)	17.307
Saldos em 31/12/2023	19.993	12	-	-	(2.698)	17.307
Resultado Líquido do Período	-	-	-	-	11.673	11.673
Proposta p/ Distribuição do Resultado	-	-	6.495	470	(8.974)	(2.009)
Reserva estatutária	-	-	6.495	-	(6.495)	-
Dividendos	-	-	-	-	(2.437)	(2.437)
Reserva Legal	-	-	-	470	(470)	-
Reversão PDA	-	-	-	-	428	428
Saldos em 31/12/2024	19.993	12	6.495	470	-	26.971

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	11.673	2.450
Ajustes para:		
Depreciação e Amortização	316	280
Perda(Reversão de Perdas) p/ Redução ao Valor Recuperável de Ativos	336	4.955
Outros Ajustes	428	-
Variação nas Contas Patrimoniais:	(5.001)	(337)
Ativos Financeiros	28.882	(77.840)
Créditos das Operações de capitalização	(3.228)	(11.742)
Créditos Fiscais e Previdenciários	(86)	(9)
Ativo Fiscal Diferido	-	1.301
Depósitos Judiciais e Fiscais	(603)	2.814
Despesas Antecipadas	(22)	(39)
Outros Ativos	(2.059)	(149)
Impostos e Contribuições	7.269	6.049
Outras Contas a Pagar	429	71
Débitos de Operações de Capitalização	(1.363)	3.657
Depósitos de Terceiros	5.076	4.598
Provisões Técnicas - Capitalização	(37.495)	71.179
Provisões Judiciais	11	-
Outros Passivos	(1.813)	(228)
Caixa Gerado (Consumido) pelas Operações	8.189	7.347
Juros Recebidos	559	1.207
Recebimentos de Dividendos e JSCP	5	5
Impostos s/ o Lucro Pagos	(7.518)	(2.954)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais	1.235	5.605
Atividades de Investimento		
Pagamento pela Compra:		
Investimentos	(310)	-
Imobilizado	(4.636)	(28)
Intangível	(17)	(14)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades de Investimento	(4.962)	(41)
Atividades de Financiamento		
Distribuição de Dividendos e JSCP	(2.000)	-
Aquisições de Empréstimos	5.192	-
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades de Financiamento	2.755	-
Aumento/(Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalente de Caixa	(972)	5.563
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	6.269	706
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	5.297	6.269

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia, controlada pela NW Administração e Participações S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado, está inscrita sob o CNPJ nº 88.076.302-0001/94, com sede na Av. Carlos Gomes, nº 222, Conj. 901, Bairro Auxiliadora, na Cidade de Porto Alegre – RS, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), em 07 de junho de 1996, para atuar na área de capitalização, bem como participar em outras empresas.

A NW Administração e Participações S.A., possui 100% do capital social da Companhia. A sociedade atua no segmento de capitalização nas seguintes modalidades: Tradicional, Instrumento de Garantia, Popular, Incentivo e Filantropia Premiável em todo o território Nacional. O exercício de 2024, foi marcado pelo crescimento no *market share* na modalidade Filantropia Premiada, especialidade da Via Capitalização S/A, de acordo com o novo posicionamento estratégico da Cia, vislumbramos um nicho de mercado, ainda não explorado pela concorrência, e de forma pioneira, criamos um produto denominado “influencers”, totalmente digital, com alcance nacional e para os mais variados tipos de consumidores. Foram reformulados, na sua totalidade, seus processos de gestão e de tecnologia, na qual o foco é no crescimento e desenvolvimento de seus produtos com intuito de entregar ao mercado uma Companhia muito mais eficiente e totalmente digital.

Em 10 de setembro de 2020, foi emitida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) a Resolução nº 388 com entrada em vigor em 1º de outubro de 2020 e que iniciaram seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021, onde o objetivo foi estabelecer a segmentação das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. Com base na referida resolução, as supervisionadas foram classificadas em uma de quatro categorias: Segmento 1 (S1); Segmento 2 (S2); Segmento 3 (S3); ou Segmento 4 (S4). A classificação tem como base critérios os prêmios anuais, provisões técnicas e perfil de risco. Em julho de 2021, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) divulgou o enquadramento definitivo atualizado para fins de segmentação e a Via Capitalização S/A se manteve enquadrada no Segmento 3 (S3).

Em 10 de outubro de 2022, foi emitida a circular Susep nº 678 que altera a Circular Susep nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivo da Circular Susep nº 439, de 27 de junho de 2012. Passando a vigorar em 02 de janeiro de 2023, para o art. 2º; e em 02 de janeiro 2024, para os demais artigos.

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), recepcionados pela Susep no que não contrariem a Circular Susep nº 648/2021 e suas alterações.

b) Estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as normas homologadas pela Susep exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

c) Comparabilidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis) e instruções do órgão regulador. Para o balanço patrimonial, utilizam-se informações constantes no período imediatamente precedente (31 de dezembro de 2023).

d) Continuidade

A administração avaliou as operações da Companhia e concluiu que a mesma possui recursos suficientes para operar. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

e) Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$) e todas as informações estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia não possui ativos e/ou passivos monetários, denominados em moeda estrangeira na data do fechamento do balanço.

3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas

A administração da Companhia está acompanhando as atualizações e avaliando às novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas, porém não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis. Normativos Susep, normas e interpretações contábeis ainda não adotadas em 2024: CPC 48 (IFRS 9) - “Instrumentos Financeiros” aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do CPC 48 foi publicada em dezembro de 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. O normativo será aplicado quando referendado pela Susep, e os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados pela Administração. As principais práticas adotadas na elaboração, bem como das estabelecidas por resoluções do CNSP e Circulares da Susep, merecem destaques:

a) Caixa e equivalente de caixa - Disponível

Inclui caixa, saldo positivo em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis cujo vencimento das operações seja igual ou inferior a 90 dias, entre a data da aquisição e o vencimento sendo um risco muito pequeno de mudança de seu valor de mercado e que não afetam a vinculação com os ativos garantidores.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros: a Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: • Valor justo por meio do resultado; • Mantidos até o vencimento; • Disponíveis para venda; • Recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

i. **Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.

Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

ii. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iii. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

iv. **Recebíveis:** os recebíveis da Companhia compreendem os créditos das operações de capitalização e demais contas a receber.

v. **Determinação do valor justo:** os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base nos preços divulgados. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia.

vi. **Redução ao valor recuperável (ativo financeiro):** um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor podem incluir o

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável dos créditos das operações de capitalização é realizada para créditos vencidos a mais de 60 dias. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

vii. **Passivos financeiros:** compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições, outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

viii. **Benefícios a empregados:** as obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. A Capitalização, disponibiliza os benefícios aos empregados exigidos pelo acordo coletivo, como ticket refeição e alimentação, auxílio creche/babá, vale-transporte e plano de assistência médica.

ix. **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas na Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores, sendo classificados nas seguintes categorias: • **Contingências ativas** - Não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quanto da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • **Contingências passivas** - São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

x. **Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias:** Referem-se a demandas judiciais por meio das quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

xi. **Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas líquidas com títulos de capitalização, assim como os custos de comercialização e provisões técnicas, são integralmente registradas no mês de emissão dos títulos, conforme Circular Susep nº 648/2021 e suas alterações. Com a edição da Circular Susep nº 678/22, com vigência a partir de 2024, passou a segregar a receita das quotas de capitalização e de sorteio da quota de carregamento. Desse modo o DRE do exercício de 2023 foi apresentado de forma analítica em receitas líquidas com títulos de capitalização, para fins de comparabilidade. No que diz respeito a reconhecimento pela prescrição das exigibilidades de resgate e sorteio, a Companhia adota o critério de reconhecimento da receita a cada revisão de processo, respeitando sempre às disposições previstas no Código Civil, aplicável a capitalização, na qual estabelece o prazo mínimo de 05 (anos) anos, contados do término de vigência do título, para pagamento de valores de resgates, ou do sorteio, para pagamento de premiações.

c) Resultado por ação

O Pronunciamento Técnico (CPC 41) estabelece princípios para a determinação e a apresentação do resultado por ação, a fim de melhorar as comparações de desempenho entre diferentes companhias (sociedades por ações) no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes. Mesmo que os dados do resultado por ação tenham limitações por causa das diferentes políticas contábeis que podem ser usadas para determinar resultados, um denominador determinado consistentemente melhora os relatórios financeiros.

d) IRPJ e CSLL

Os tributos correntes são reconhecidos pelo regime de competência, são contabilizados como despesa e passivo, o pagamento se dá por estimativa mensal lançando em antecipação do IR e CS em contas patrimoniais.

e) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as normas da SUSEP, Circular Susep nº 656/22 e Capítulo VIII da Circular Susep nº 648/21 e manual de orientações sobre as provisões técnicas SUSEP de outubro, de 2024. As sociedades de capitalização devem constituir as seguintes provisões técnicas, quando necessárias: • Provisão Matemática para Capitalização (PMC); • Provisão para Distribuição de Bônus (PDB); • Provisão para Resgate (PR); • Provisão para Sorteios a Realizar (PSR); • Provisão Complementar de Sorteios (PCS); • Provisão para Sorteios a Pagar (PSP); e • Provisão de Receitas Diferidas (PRD).

4. Gestão de risco e controles internos

4.1. Gestão de riscos

A Companhia possui uma estrutura de Gestão de Riscos e Controles Internos com reporte à Diretoria Executiva, que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade, observando os termos da legislação vigente (Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021). A estrutura de Gestão dos Riscos e Controles internos, foi implementada de acordo com a Política do Sistema de Controles Internos (SCI), conformidade e Estrutura da Gestão de Riscos (EGR), por meio do processo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos seguintes tipos de riscos:

I. Apetite por risco

O apetite por risco está conceituado como o quadro global de atuação sobre a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Capitalização, associadas, diretamente ao plano de negócios, ou indiretamente, por categoria do risco. O apetite por risco da Companhia é médio/moderado. Os principais riscos associados, em nível global, por categoria de riscos e de forma quantitativa e qualitativa são: riscos de subscrição, de crédito, de mercado e operacional; riscos de liquidez e riscos de continuidade dos negócios.

II. Riscos de subscrição

A subscrição de riscos tem por objetivo manter o equilíbrio técnico, financeiro e atuarial dos planos, bem como garantir a lucratividade e zelar pela boa imagem da Capitalização.

III. Riscos de crédito

O risco de crédito está atrelado à possibilidade de que contrapartes deixem de honrar compromissos de pagamento previamente assumidos, surgindo quando as contrapartes não desejam ou não são capazes de cumprir suas obrigações contratuais.

IV. Riscos de mercado ou de investimentos

O risco de mercado, por sua vez, caracteriza-se como potencial perda em uma carteira de negócios ou investimentos, decorrente de oscilações em variáveis econômicas e financeiras, e depende do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado.

V. Riscos operacionais

O risco operacional é o risco atrelado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Contemplam os riscos de fraude e lavagem de dinheiro.

VI. Riscos de liquidez

A possibilidade de não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

VII. Risco de continuidade dos negócios

Adoção de plano de continuidade operacional, que traz as ações a serem adotadas durante a ocorrência de desastres, no que diz respeito a sua à continuidade operacional, na ocorrência de incidentes ou crises e busca prover meios para manter o funcionamento dos principais serviços da ViaCap, assim como a continuidade das operações.

VIII. Riscos cibernéticos

Pode ocorrer interna ou externamente de forma acidental ou proposital, relacionado a possível vulnerabilidade dos sistemas, que podem ser humanas, técnicas, de mídia, de comunicação, dentre outras e o seu impacto pode gerar perdas operacionais; na eficiência dos processos; perdas financeiras; prejuízos à imagem e possibilidade de responsabilização legal.

IX. Riscos de sustentabilidade

Estabelece premissas e diretrizes de sustentabilidade, bem como a sua governança. As diretrizes estão direcionadas ao meio ambiente; relacionamentos éticos; e de negócios que está diretamente associada ao desempenho das suas operações, com justiça social, equilíbrio econômico e ambiental e diversidade cultural.

4.2. Ambiente de controles internos

O ambiente de controles internos está estruturado por meio de manuais, instruções normativas, processos, organização e políticas corporativas da ViaCap, respondendo às estratégias de mitigação e seguindo os níveis de apetite a riscos previamente estabelecidos. O processo de controles internos e monitoramento se utiliza de todos os instrumentos normativos, tendo como atividades obrigatórias regulamentares a elaboração de relatórios com descrição das atividades e resultados, conclusões, recomendações e o monitoramento das ações corretivas necessárias.

5. Aplicações financeiras

a) Aplicações financeiras por vencimento: demonstramos a seguir a composição do saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Informamos ainda, que não existem títulos dados em garantias de outras operações.

	dez/24				
	Valor de mercado				Saldo Contábil
	Taxa Contratada	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor Total	
Vinculados à Cobertura de Reservas					
Letras Financeiras do Tesouro- LFT	Selic	-	14.242	14.242	14.242
Fundo de Investimento - Banco Itaú			2	2	2
Fundo de Investimento - Santander RF		59.663	-	59.663	59.663
Total da carteira		59.663	14.244	73.907	73.907
	dez/23				
	Valor de mercado				Saldo Contábil
	Taxa Contratada	Sem vencimento	Até 365 dias	Acima de 365 dias	
Vinculados à Cobertura de Reservas					
Letras Financeiras do Tesouro- LFT	Selic	-	30.482	30.482	30.482
Fundo de Investimento - Banco ITAÚ		2	-	-	2
Fundo de Investimento - Santander RF		-	72.305	-	72.305
Total da carteira		2	72.305	30.482	102.789

Para o valor de mercado, utilizamos como base as tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais e Tesouro Nacional (Anbima). No que se refere a títulos públicos estão custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

O Santander reserva técnica Renda fixa - Fundo de investimento (SANT R T RF DI FC) é um fundo voltado para sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência privada complementar e resseguradores locais. Sua carteira é 100% composta por títulos públicos federais. Este fundo é mantido com o propósito de negociação.

b) Hierarquia do valor justo: A tabela abaixo demonstra instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação por níveis.

Nível 1 - Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2 - Outras informações que não sejam os preços cotados em mercados de ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para ativos e passivos, seja direta ou indiretamente.

Nível 3 - Os dados para o ativo e passivo não se baseiam em dados observáveis de mercado.

A companhia não possui operações com aplicações financeiras cuja classificação se enquadra nos níveis 2 e 3 em 31 de dezembro de 2024.

Descrição	dez-24		dez-23	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Letras Financeiras do Tesouro- LFT	14.242	14.242	30.482	30.482
Fundo de Investimento - Banco Itaú	59.663	59.663	72.305	72.305
Fundo de Investimento - Santander RF	2	2	2	2
Total da Carteira	73.907	73.907	102.789	102.789

c) Movimentação das aplicações financeiras:

Descrição	dez-2023	% por aplicação	Aplicação	Resgate	Rendimento	Bloqueio judicial	dez-2024		% por aplicação
							dez-2024		
Títulos Públicos - LFT	30.482	30%	-	(17.835)	1.595	-	14.242	19%	
Fundo de Invest Banco Itaú	2	0%	-	-	-	-	2	0%	
Fundo de Invest - XP Investimentos	-	0%	-	-	-	-	-	0%	
Fundo de Invest - Santander RF	72.305	70%	245.483	(265.890)	7.778	(13)	59.663	81%	
Totais	102.789	100%	245.483	(283.726)	9.373	(13)	73.907	100%	
Descrição	dez-2022	% por aplicação	Aplicação	Resgate	Rendimento	Bloqueio Judicial	dez-2023		% por aplicação
							dez-2023		
Títulos Públicos - LFT	17.385	70%	83.261	(75.197)	5.034	-	30.482	30%	
Fundo de Invest Banco Itaú	1	0%	-	-	-	-	2	0%	
Fundo de Invest - XP Investimentos	7.563	30%	23.860	(31.577)	154	-	-	0%	
Fundo de Invest - Santander RF	-	0%	82.400	(11.300)	1.205	-	72.305	70%	
Totais	24.949	100%	189.520	(118.074)	6.394	-	102.789	100%	

d) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia optou pela não aquisição de operações de "swap", ou outros instrumentos financeiros derivativos no exercício.

e) Títulos e valores mobiliários: A empresa, não possui títulos de valores mobiliários avaliados pela curva em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Os investimentos estão classificados na categoria disponível para negociação.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

6. Créditos das operações de capitalização

Os créditos das operações de capitalização estão classificados no ativo circulante aguardando os recursos a serem ingressados pelas Instituições parceiras, cujos vencimentos não ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes. São registrados os valores de títulos de capitalização a receber, durante o período de comercialização. A redução ao valor recuperável foi constituída com base na Circular Susep nº 648/21 que considera como provisão os títulos vencidos a mais de 60 dias.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>		
Créditos c/ operações de Capitalização	14.100	11.767		
Títulos de Capitalização - PU	19.245	15.900		
Títulos de Capitalização - PM	-	3		
(-) Redução ao valor Recuperável de ativos	(5.145)	(4.955)		
Outros créditos operacionais	-	819		
AGING - Créditos c/ operações de Capitalização	2024	2023		
Vencidos entre 01 e 30 dias	12.808	10.896		
Vencidos entre 31 e 60 dias	387	52		
Vencidos entre 121 e 180 dias	32	2.732		
Vencidos entre 181 e 365 dias	1.063	2.223		
Vencidos acima de 365 dias	4.955	-		
Total	19.245	15.903		
AGING - PDD	2024	2023		
Vencidos entre 121 e 180 dias	-	2.732		
Vencidos entre 181 e 365 dias	887	2.223		
Vencidos acima de 365 dias	4.258	-		
Total	5.145	4.955		
Movimentações	2023	Constituições	Baixas	2024
Redução ao valor recuperável	4.955	887	(697)	5.145
Total	4.955	887	(697)	5.145
Movimentações	2022	Constituições	Baixas	2023
Redução ao valor recuperável	12.136	4.955	(12.136)	4.955
Total	12.136	4.955	(12.136)	4.955

7. Títulos de créditos a receber

O saldo de créditos a receber está composto como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Créditos a receber C.P.	2.879	2.201
Massa Falida Grupo APLUB	3.056	2.373
(-) Redução ao valo recuperável	(193)	(193)
Outros Créditos a receber	16	20

O valor mais representativo nesse grupo de contas é de R\$ 2.863 mil, referente a valores que estão sendo direcionados para a "massa falida" do Grupo Aplub, já que a Companhia, empresa arrematada não poderá responder por qualquer dívida deixada pelas empresas que compunham o Grupo Aplub, inclusive as ações judiciais, motivo pelo qual os processos em tramitação devem ser redirecionados para a massa falida da Aplub.

A Companhia, tem a convicção que os valores ora reconhecidos na conta contábil "Massa falida" serão integralmente restituídos a sociedade de capitalização utilizando o critério de classe de crédito extraconcursal, eis que se trata de massa falida superavitária e em fase final de tratativas.

Segue abertura da movimentação da conta "massa falida":

	<u>2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixa</u>	<u>2024</u>
Massa falida - Grupo Aplub	2.373	683	-	3.056
Total	2.373	683	-	3.056
	<u>2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixa</u>	<u>2024</u>
PDD Habilitação Massa Falida Aplub	(193)	-	-	(193)
Total	(193)	-	-	(193)

8. Créditos tributários e previdenciários

A seguir está o detalhamento dos créditos tributários bem como a movimentação do período compreendido entre dezembro de 2024 e dezembro de 2023.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>		
IR a compensar	170	102		
CSLL a compensar	43	26		
Total	213	128		
Movimentação	2023	Constituições	Baixas	2024
IR a compensar	102	380	(312)	170
Antecipação de IR	-	4.697	(4.697)	-
CSLL a compensar	26	48	(31)	43
Antecipação de CSLL	-	2.821	(2.821)	-
PIS a compensar	-	5	(5)	-
COFINS compensar	-	11	(11)	-
Total	128	7.963	(7.877)	213
Movimentação	2022	Constituições	Baixas	2023
IR a compensar	92	209	(199)	102
IRPJ Diferido	793	24	(817)	-
CSLL a compensar	26	11	(11)	26
CSLL Diferido	508	24	(531)	-
PIS a compensar	-	-	(1)	-
Total	1.419	267	(1.559)	128

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão compostos da seguinte forma:

Depósitos judiciais - C.P.	2024	2023
Cíveis	505	4
Trabalhistas	1.485	1.386
Total	1.990	1.390
Depósitos judiciais - L.P.	2024	2023
Trabalhistas	79	75
Total	79	75

10. Outros Créditos

Detalhamento da conta outros créditos.

Outros Créditos	2024	2023		
Adiantamento à Funcionários	8	-		
Adiantamentos administrativos	26	94		
Saldos Bloqueados (*)	1.784	66		
Total	1.818	160		
Movimentação	2024	Constituição	Baixa	2023
Adiantamento à Funcionários	8	982	(974)	-
Adiantamentos administrativos	26	1.916	(1.984)	94
Saldos Bloqueados (*)	1.784	5.520	(3.802)	66
Total	1.818	8.418	(6.760)	160
Movimentação	2023	Constituição	Baixa	2022
Adiantamento à Funcionários	-	872	(878)	7
Adiantamentos administrativos	94	337	(243)	-
Saldos Bloqueados (*)	66	596	(589)	58
Total	160	6	(4)	65

*Bloqueio judicial decorrente de processos da *massa falida da Aplub*.

11. Investimentos e imobilizado

Os investimentos e o ativo imobilizado estão contabilizados ao custo de aquisição e a depreciação e amortização são calculadas pelo método *pró-rata die*, conforme o período de vida útil estimada dos ativos. O valor residual dos ativos e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é ajustado imediatamente se o seu valor recuperável é inferior ao seu valor contábil. Em 23 de dezembro de 2024 a Companhia investiu R\$ 310 (Sicoob R\$ 10 e SULCREDI R\$ 300) em participação em cooperativas, os valores direcionados para a cota capital são realizados por vontade do associado ou combinado respeitando as exigências de capital mínimo que a cooperativa possui em suas políticas. A cota capital fica aplicada durante o período em que a Companhia permanece como associada, possibilitando o acesso a serviços facilitados e rendendo com a participação nos resultados da cooperativa.

a) Detalhamento dos investimentos:

Investimentos	2024	2023
Terrenos Urbanos	417	417
Edificações Urbanas	3.182	3.182
Reavaliação	155	155
(-) Depreciação	(1.413)	(1.341)
Outros Investimentos	322	12
Total	2.663	2.424

b) Detalhamento do imobilizado:

Imobilizado	31/12/2023	Aquisição	Baixa	Depreciação	Bx Deprec	31/12/2024	Taxas de depreciação %
Imóveis de uso próprio	-	4.353	-	-	-	4.353	4
Informática	272	48	-	(92)	-	228	20
Móveis, máquinas e utensílios	360	10	(4)	(45)	4	325	10
Refrigeração	9	-	-	(1)	-	8	10
Instalações	3	-	-	-	-	3	10
Equipamentos - Outros	3	-	-	-	-	3	10
Outras imobilizações	308	-	-	(13)	-	295	4
Veículos	123	226	-	(69)	-	281	20
Total	1.079	4.636	(4)	(221)	4	5.495	
Intangível							
Softwares	93	17	(220)	(25)	220	85	20
Total	93	17	(220)	(25)	220	85	
Imobilizado	31/12/2022	Aquisição	Baixa	Depreciação		31/12/2023	Taxas de depreciação %
Informática	364	-	-	(92)	-	272	20
Móveis, máquinas e utensílios	386	20	-	(46)	-	360	10
Refrigeração	5	5	-	(1)	-	9	10
Equipamentos - Outros	3	3	-	-	-	6	10
Outras imobilizações	322	-	-	(14)	-	308	4
Veículos	156	-	-	(33)	-	123	20
Total	1.235	28	(45)	(185)	1.079		
Intangível							
Softwares	102	14	-	(23)	-	93	20
Total	102	14	-	(23)	93		

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

12. Contas a pagar

Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar no curto prazo em 31 de dezembro de 2024.

	2024	2023
a) Obrigações a Pagar	1.063	634
Dividendos a pagar	437	-
Participações no Lucro a Pagar	169	149
Honorários a Pagar	235	226
Outras Contas a Pagar	222	259
b) Impostos e Encargos Sociais	2.398	2.653
Imposto de Renda Retido na Fonte de Funcionários	60	60
Imposto de Renda Retido de Terceiros	2.190	2.362
Imposto Sobre Serviço Retido	35	76
Contribuição Previdenciária	80	77
Contribuição para o FGTS	17	16
Outros Impostos e Encargos Sociais	16	62
c) Encargos Trabalhistas	257	231
Férias a Pagar	191	172
Encargos Sociais a Recolher	66	59
d) Financiamentos (*)	866	-
Financiamento p/ aquisição de ativos	1.038	-
(-) Juros a transcorrer	(172)	-
e) Impostos e Contribuições	1.700	1.694
IRPJ	680	634
CSLL	414	379
COFINS	521	585
PIS	85	96
f) Outras contas a pagar	89	-
Total Contas a Pagar	6.373	5.212

*Empréstimos e Financiamentos, vide nota 19.

13. Débitos com operações de capitalização

São registrados os compromissos assumidos decorrentes de comissões e outros custos de comercialização tais como, plataforma de vendas digitais, auditoria de sor-teios, consultoria e assessoria, serviços de teleatendimento etc.:

	2024	2023
Comissões a pagar	1.663	2.576
Publicidade e propaganda	726	406
Outros débitos c/ oper de CAP	628	1.398
Total	3.017	4.380

14. Depósitos de terceiros

a) **Aging** - Depósitos de terceiros: Esta rubrica contempla valores recebidos de terceiros antecipadamente, oriundos de operações de capitalização e atrelados a ga-rantia das operações, como segue:

Aging - Depósitos de terceiros 2023	Valores a Reclassificar CAP	Outros depósitos	Total
De 01 a 30 dias	9.330	-	9.330
De 31 a 60 dias	909	-	909
Superior a 365 dias	-	810	810
Total	10.239	810	11.049

Aging - Depósitos de terceiros 2023	Valores a Reclassificar CAP	Outros depósitos	Total
De 01 a 30 dias	2.123	101	2.224
De 31 a 60 dias	366	250	616
De 61 a 120 dias	548	-	548
De 121 a 180 dias	27	300	327
De 181 a 365 dias	698	750	1.448
Superior a 365 dias	-	810	810
Total	3.762	2.211	5.973

a) **Movimentação depósitos de terceiros:**

Distribuidores/Parceiros	2023	Depósitos	Baixas	2024
Valores a Reclassificar-Capitalização	3.762	52.701	(46.224)	10.239
Outros Depósitos	2.211	994	(2.395)	811
Total	5.973	53.695	(48.619)	11.050
Distribuidores/Parceiros	2022	Depósitos	Baixas	2023
Valores a Reclassificar-Capitalização	1.364	5.971	(3.574)	3.762
Outros Depósitos	11	3.197	(996)	2.211
Total	1.375	9.168	(4.570)	5.973

15. Provisões técnicas de capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações constantes da Resolução CNSP nº 432/2021 e da Circular Susep nº 648/21, ambas considerando suas alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros, fórmulas e valores são documentados através de Notas Técnicas Atuariais (NTA), as quais são calculadas pelo Atuário Responsável Técnico e fiscalizadas pela Susep. Em relação às datas-base de dezembro, são devidamente auditadas pela auditoria atuarial independente. Estão assim resumidas:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

• Provisão Matemática para Capitalização (PMC)

A Provisão Matemática para Capitalização é constituída para a cobertura dos valores garantidos pela tabela de resgate, com base na parcela dos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial, representam o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteios e de carregamento.

• Provisão para Resgate (PR):

A provisão para resgate é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título, atualizada monetariamente conforme previsão contratual. Esta provisão contempla tanto os títulos vencidos quanto os títulos antecipados e representam os valores ainda não pagos até a data-base das demonstrações contábeis.

• Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)

A Provisão para Sorteios a Realizar é constituída para a cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

• Provisão Complementar de Sorteios (PCS)

A provisão complementar de sorteios é constituída para complementar a provisão de sorteios a realizar, sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar. Ressalte-se que a PCS não abrange os valores relativos à variabilidade dos sorteios. Esses montantes, os quais eram abrangidos pela provisão de contingências (que, de acordo com os normativos atuais, foi extinta), não devem ser considerados como provisão técnica, mas sim no cálculo do capital de risco de subscrição das sociedades de capitalização.

• Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)

A Provisão para Sorteios a Pagar é constituída a partir da data de realização do sorteio, atualizada monetariamente entre a data do sorteio e data da efetiva liquidação financeira.

• Provisão p/ Despesas Administrativas

A Circular SUSEP Nº 678, de 10 de outubro de 2022 excluiu a Provisão de Despesas Administrativas - PDA a partir de janeiro de 2024 e, no mesmo normativo, instituiu a Provisão de Receitas Diferidas - PRD a partir da mesma data - janeiro de 2024. Para o saldo da PDA constituída em 31 de dezembro de 2023 foi previsto na norma a baixa em contrapartida ao Patrimônio Líquido.

• Provisão para Receita Diferida

A Provisão de Receita Diferida (PRD) representa os valores esperados para atendimento da contraprestação a ser oferecida pelas sociedades de capitalização aos titulares dos direitos de resgate e sorteios (quota de carregamento), sendo constituída para o diferimento de receitas dos títulos de capitalização. Seguindo os ditames da Circular nº 678/2022, que altera a Circular nº 648/2021, uma parte da receita passa a ser reconhecida no pagamento ou com a informação de pagamento da contribuição pelo subscritor (quota de capitalização e sorteio) e a receita do carregamento é reconhecida conforme o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio (quota de carregamento), conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico.

• Prescrição de títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em 05 (cinco) anos. Porém, por questões estratégicas, a Companhia pode conceder prorrogação de prazo maior. No exercício, foram revertidas provisões com resgates e sorteios prescritos, no montante de R\$ 3.377, em outras receitas e despesas operacionais. Na qual já tinham ultrapassado o prazo mínimo de 05 (cinco) anos. (Detalhados na Nota Explicativa nº 17 b).

a) Cobertura das provisões técnicas:

	2024	2023
Ativos garantidores		
Títulos de Renda Fixa Públicos	14.242	30.482
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	14.242	30.482
Quotas Fundos de investimentos	59.665	72.307
Quotas Fundo de Investimentos - Santander	59.663	72.305
Quotas Fundo de Investimentos - Itaú	2	2
i) Ativos totais	73.907	102.789
ii) Provisões Técnicas - Total a ser coberto	58.053	95.547
ii) Suficiência de ativos oferecidos em cobertura de Provisões Técnicas	15.855	7.241
Taxa de Cobertura em % (i) / (ii)	127,31%	107,58%

b) Detalhamento das provisões técnicas:

	2023	Constituição	Reversões	Outras	Juros / Atualizações	Sort/Resg Prescritos	Pagamentos	2024	%
PMC/PRA/PRV	77.057	326.872	-	-	1.688	(2.994)	(356.354)	46.269	79,70%
PSP/PSR	18.062	495.824	(214.895)	94	445	(1.240)	(286.920)	11.371	19,59%
PCS	-	124.579	(124.528)	-	-	-	-	51	0,09%
PDA	428	-	(428)	-	-	-	-	-	0,00%
PRD	-	2.879	(2.517)	-	-	-	-	362	0,62%
TOTAL	95.547	950.249	(342.368)	94	2.133	(4.234)	(643.274)	58.053	100,00%

	2022	Constituição	Reversões	Outras	Juros / Atualizações	Sort/Resg Prescritos	Pagamentos	2023	%
PMC/PRA/PRV	18.660	218.087	-	-	1.181	(190)	(160.680)	77.057	80,65%
PSP/PSR	5.664	339.678	(143.760)	-	175	(690)	(183.004)	18.062	18,90%
PCS	-	687.186	(687.186)	-	-	-	-	-	0,00%
PDA	45	633	(250)	-	-	-	-	428	0,45%
TOTAL	24.369	1.245.583	(831.196)	-	1.356	(880)	(343.684)	95.547	100,00%

c) Detalhamento das variações com provisões técnicas (resultado):

	2024	2023
Varição das Provisões de Resgates	326.872	218.087
Constituição da prov p/ resgates	326.872	218.087
Resultados com sorteios	281.424	195.917
Varição da Provisão de sorteios	(160)	157
Reversão da prov p/ sorteios	(214.895)	(143.765)
Constituição da prov p/ sorteio	214.735	143.922
Desp c/ tit sorteados	281.533	195.760
Varição de prov p/ compl de sorteios	51	-
Reversão de prov p/ compl de sorteios	(124.528)	(686.137)
Constituição de prov p/ compl de sorteios	124.579	686.137

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

16. Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas, como determina a IN da RFB nº 1.911 de 11 de outubro de 2019. As despesas de PIS e COFINS são registradas na rubrica despesa com tributos. Estão elencados na tabela do item 17 letra "d".

17. Detalhamento das contas da demonstração de resultado:

	2024	2023
a) Custo de Aquisição	(92.356)	(67.888)
Despesas de corretagem	(38.664)	(27.289)
Despesas com Impressos e Mat. de vendas	(2.282)	(4.103)
Despesas com Proces. de dados	(13.464)	(10.908)
Despesas com Telemarketing	(88)	-
Despesas com Publicidade e Propaganda	(20.931)	(18.573)
Outras Despesas - Consultoria	(5.210)	(6.264)
Outros custos de aquisição	(11.717)	(750)
b) Outras Receitas e Despesas Operacionais	10.903	1.250
Receita com resgate de título	-	2
Receita com Prescrição - Resgate	2.994	190
Receita com Prescrição - Sorteio	383	690
Outras receitas c/ operações de capitalização	8.036	5.558
Outras despesas operacionais	(510)	(5.190)
c) Despesas Administrativas	(12.479)	(7.614)
Despesas com pessoal	(4.698)	(4.138)
Despesas com serviços de terceiros	(2.932)	(2.051)
Despesas com localização e funcionamento	(4.151)	(897)
Despesas Publicidade e Propaganda	(2)	(4)
Despesas com Publicações	(93)	(80)
Despesas com donativos e contribuições	(434)	(61)
Outras despesas administrativas	(169)	(383)
d) Despesas com Tributos	(6.198)	(4.367)
PIS	(834)	(585)
COFINS	(5.134)	(3.600)
Taxa de Fiscalização - SUSEP	(230)	(135)
Impostos	-	(47)
e) Receita e Despesas Financeiras	7.353	4.954
Receitas Financeiras	9.378	5.857
Títulos de Renda Fixa - Privados	7.778	1.360
Títulos de Renda Fixa - Públicos	1.595	4.493
Títulos de renda variável	5	5
Outras Receitas Financeiras	656	1.720
- Créditos tributários	25	9
- Juros Ativos	559	1.206
- Atualização monetária de clientes	-	187
- Rec. c/ Desp. Jud. e Fiscais	67	317
- Outras Receitas	5	1
Despesas Financeiras	(2.681)	(2.623)
f) Receitas e Despesas Patrimoniais	(354)	(126)
Despesas c/ Imóveis Destinados à Renda ou Venda	(354)	(126)

a) Custo de aquisição: o aumento substancial nas rubricas corretagem, publicidade e propaganda, processamento de dados, outros custos de aquisição, deve-se ao aumento nas arrecadações, o crescimento das despesas acompanham a receita. b) Resultado financeiro: resultado alavancado pelo resultado com as arrecadações, aumentando o rendimento das aplicações financeiras bem como aumentando as despesas de provisões técnicas de capitalização.

18. Contingências

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, desde que a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada;
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

A Companhia possui processos contingentes em andamento em 31 de dezembro de 2024, sendo consideradas as probabilidades de perdas remotas e possíveis, o qual esse último está reconhecido nas Demonstrações contábeis, conforme demonstrado a seguir:

Natureza da ação - 2024	Nº ações	Valor da Ação R\$	Valor Provisionado	Prognóstico de Perda
Cível	8	918	-	Possível
Cível	1	11	11	Provável
Trabalhista	2	297	-	Possível
Total	11	1.226	11	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

19. Contas a pagar L.P.

A Companhia conta com um passivo, relacionado à empréstimos e financiamentos, no valor de R\$ 866 (CP) e R\$ 2.262 (LP), junto à instituição financeira nacional - SULCREDI/AMPLA, contrato firmado em 23 de dezembro de 2024, que está vinculado à aquisição do imóvel, conjunto nº 1202 do Edifício Carlos Gomes 222, à Av. Carlos Gomes, 222, nesta Capital, conta com os espaços estacionamentos n.º 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177 e 178.

Contas a Pagar	2024	2023
Financiamento p/ aquisição de ativos	4.154	-
(-) Juros a transcorrer	(1.892)	-
Total	2.262	-

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 19.993 mil (dezenove milhões, novecentos e noventa e três mil), está representado por 2.085.532 (dois milhões, oitenta e cinco mil, quinhentos e trinta e dois) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas pertencentes a acionistas domiciliados no país.

b) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendos obrigatórios não inferiores a 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a legislação societária, no exercício foi destinado o valor de R\$ 2.438 para os acionistas da Companhia.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira (5%) do lucro líquido do exercício, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para futuros aumentos de capital social.

d) Lucros

O valor remanescente, até o limite do Capital Social, será destinado à conta de Reserva Estatutária, para posterior aumento de capital, objetivando a ampliação dos negócios da Companhia. "O saldo da reserva de lucros, exceto para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento de capital social ou na distribuição de dividendos. (redação dada pela Lei nº 11.638/2007)".

e) PDA

A provisão de Despesas Administrativas (PDA) foi substituída pela Provisão de Receita Diferida (PRD), a qual passará a representar as contraprestações a serem oferecidas pelas sociedades de capitalização, sendo constituída para os casos de diferimento das receitas de quotas de carregamento dos títulos de capitalização, conforme metodologia descrita no estudo técnico. O saldo constante na Despesa Administrativa (PDA), na data-base 31/12/2023, foi revertido em contrapartida a conta de lucros ou prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido

21. Demonstração do patrimônio líquido ajustado, exigência de capital e adequação de capital

A Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, estabelecem que as sociedades de capitalização deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e do Capital Mínimo Requerido (CMR), este composto do capital do risco de crédito, capital do risco de subscrição, capital do risco operacional e do capital do risco de mercado, e observando o modelo de requerimento de capital mínimo regulatório para o segmento, a Companhia divulga o seu parâmetro de CMR calculado para a data-base 31 de dezembro de 2024, bem como seus indicadores de solvência. O respectivo CMR para funcionamento das sociedades de capitalização, refere-se ao capital total que a Companhia deve manter, a qualquer tempo, para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital-base (montante fixo de capital conforme suas regiões de atuação) e o capital de risco (montante variável de capital para garantia dos riscos inerentes à operação). No caso da Companhia, o maior valor refere-se ao capital base, equivalente a R\$ 10.800 mil, podendo operar em todo o território nacional. A seguir são demonstrados os valores do patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido, conforme determinações do órgão regulador, cujos indicadores de solvência, nesta respectiva data-base de 31 de dezembro de 2024, demonstraram que a Companhia manteve seus níveis de capital e demais parâmetros acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido	26.971	17.307
Ajustes contábeis	(194)	(180)
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e 3	(5.074)	(792)
Patrimônio Líquido Ajustado	21.703	16.335
Capital Base	10.800	10.800
Capital de Risco	7.035	4.978
Capital do risco de subscrição	4.236	2.981
Capital do risco de crédito	1.527	1.206
Capital do risco operacional	1.796	1.149
Capital do risco de mercado	224	302
Benefício da diversificação	(749)	(660)
Capital Mínimo Requerido	10.800	10.800
(R\$) Suficiência de capital	10.903	5.535
(%) Suficiência de capital	101%	51%
Ativos Totais	73.907	102.789
Provisões Técnicas - Total a ser coberto	58.053	95.547
Suficiência de ativos/Provisões Técnicas	15.854	7.241
PLA de nível 1	20.631	14.715
PLA de nível 2	-	-
PLA de nível 3	6.694	2.412

22. Transações com partes relacionadas: A Companhia possui operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com as de mercado. Os saldos decorrentes de tais transações estão demonstrados como segue:

	Ativo		Passivo		Despesa	
	30/06/24	31/12/23	30/06/24	31/12/23	30/06/24	31/12/23
NovoDente S.A. (i)	-	20	18	24	-	-
Via Loterias S.A. (ii)	-	-	-	395	292	-
Via Contact Ltda. (iii)	-	-	-	-	15	-
NW Administração e Partic. S.A. (iv)	-	-	438	-	-	-
Via Clube de Vantagens Ltda. (v)	-	-	-	-	26	-
Remuneração pessoal-chave Administração (vi)	-	-	-	-	780	735

(i) Valor referente a resgate de títulos de capitalização da modalidade incentivo. (ii), (iii) e (v) Valores referentes a prestação de serviço. (iv) Destinação do lucro líquido por meio de dividendos. (vi) Conforme determina o Estatuto Social, na AGO é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, referentes à remuneração e benefícios.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

23. Outras informações

Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras, entidade de previdência e sociedades de capitalização não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

24. Imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

Os impostos correntes e diferidos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. No Brasil, o imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil) anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15%. Estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como segue:

Descrição	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e após Participações	20.155	20.155	7.718	7.718
Adições:				
Desp. não Dedutíveis (*)	1.819	1.819	6.053	6.053
Exclusões:				
(-) Receitas Não Tributáveis (*)	(697)	(697)	(620)	(620)
(=) Base de cálculo do IRPJ e CSLL antes Prej. Fiscal	21.277	21.277	13.151	13.151
(-) Compensação de Prejuízo fiscal 30%	-	-	(3.172)	(3.172)
(=) Base de cálculo do IRPJ e CSLL após comp. Prej. Fiscal 30%	21.277	21.277	9.979	9.979
Alíquota IRPJ	15%	-	15%	-
Alíquota CSLL	-	15%	-	15%
Imposto de renda	3.192	-	1.497	1.497
Parcela Isenta	(240)	-	(240)	-
Base de cálculo deduzindo a parcela isenta	21.037	-	9.739	-
Alíquota adicional do IR	10%	-	10%	-
Adicional do IRPJ	2.103	-	973	-
IRPJ devido	5.295	-	2.471	-
CSLL devido	-	3.192	2.471	1.497
Deduções Incentivos PAT	(5)	-	-	-
Total de IRPJ e CSLL Corrente devidos	5.290	3.192	2.471	1.497

*Despesas não dedutíveis: Doações, Alimentação administração e PJ, multas SUSEP entre outras;

*Receitas não tributáveis: reversões de PDD.

25. Outros valores e bens

A Companhia possui direito de uso de arrendamento adquirido por meio do contrato de aluguel do prédio comercial onde estão localizadas as operações da Companhia. O ativo de uso mencionado refere-se à locação cujo contrato foi iniciado em agosto de 2022 e possui validade até julho de 2027. Vale ressaltar que a taxa real utilizada para a apuração do valor presente do arrendamento é de 5,45% a.a.

Na data de início do contrato, a Companhia avalia se este contrato transfere o direito de uso para controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação ou não, e assim o qualifica como um arrendamento.

No início do arrendamento, um direito de uso de um ativo identificado é registrado. Para o registro inicial é necessário o reconhecimento relacionado ao direito de usar o ativo identificado (o valor da mensuração inicial do passivo do arrendamento, quaisquer pagamentos do arrendamento feitos em ou antes da data de início menos quaisquer incentivos de locação recebidos, quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo locatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo locatário para restaurar o ativo subjacente à condição exigida pelos termos e condições do arrendamento), contra e para os passivos de arrendamento (pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; pagamentos de arrendamento variáveis vinculados a que dependem de um índice ou uma taxa, valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário sob garantias de valor residual, o preço de exercício de uma opção de compra se o locatário está razoavelmente certo de exercer essa opção e do pagamento de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção pelo arrendatário de terminar o arrendamento).

As despesas de depreciação do ativo com direito de uso são reconhecidas separadamente e calculadas linearmente pelo prazo do arrendamento. Apresentação do ativo e passivo circulante e não circulante:

Ativo circulante e não circulante	2024	2023
Outros valores e bens C.P.		
Arrendamento - Ativo direto de uso	37	319
Outros valores e bens	-	1
Outros valores e bens L.P.		
Arrendamento - Ativo direto de uso	694	694

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	2024	2023				
Passivo circulante e não circulante						
Outros débitos C.P.						
Outros Débitos	858	-				
Débitos Diversos	74	358				
Passivos de arrendamento	74	358				
Outros débitos L.P.						
Débitos diversos						
Passivos de arrendamento	694	694				
Movimentação at. circ.	2023	Constituições/ reclassificações	Baixas	Juros	Depreciação	2024
Arrendamento - Ativo direito de uso	319	-	-	-	(282)	37
Outros valores e bens	1	-	(1)	-	-	-
Movimentação at. ñ circ.	2023	Constituições/ reclassificações	Baixas	Juros	Depreciação	2024
Arrendamento - Ativo direito de uso	694	-	-	-	-	694
Movimentação pass. circ.	2023	Constituições/ reclassificações	Baixas	Juros	Depreciação	2024
Arrendamento - Ativo direito de uso	358	-	(333)	49	-	74
Movimentação pass. ñ circ.	2023	Constituições/ reclassificações	Baixas	Juros	Depreciação	2024
Arrendamento - Ativo direito de uso	694	-	-	-	-	694

26. Eventos subsequentes

A Companhia declara que em 15 e 16 de janeiro de 2025 foi liberado junto ao processo judicial nº 5061910-80.2020.8.21.0001 valores em favor da Companhia, reduzindo o saldo dessa conta "Massa Falida" em R\$ 568 mil.

27. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em 25 de fevereiro de 2025.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2025.

THIAGO REUS ROZA LOPES ESTEVEM
DIRETOR SUPERINTENDENTE
CPF 818.299.900-63

TAMIRA BASTOS MENDES
DIRETORA
CPF: 009.677.940-30

RODRIGO DA SILVA METZDORFF
ATUÁRIO
MIBA nº 3735

ELAINE RODRIGUES SIMÕES
CONTADORA
CRC/RS 055250/O-3

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Via Capitalização S.A.**, Porto Alegre – RS

Escopo da auditoria: Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Via Capitalização S.A., em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Responsabilidade da administração: A Administração da Via Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa Auditoria Atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). Estes princípios atuariais requerem que a Auditoria Atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma Auditoria Atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Via Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de Auditoria Atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de Auditoria Atuarial.

Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado da Via Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Via Capitalização S.A. e utilizadas em nossa Auditoria Atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros de Capitalização e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da Auditoria Atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.



Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.

CNPJ nº 33.950.548/0001-51

CIBA nº 161

Mariana Neves Aleixo Cabral Mathias Pereira

Atuária MIBA 3398

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos: Diretores, Conselheiros e Acionistas da

Via Capitalização S.A., Porto Alegre - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Via Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024 o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.



Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1
Leonardo Mesquita Dantas
Contador CRC 1SP-263.110/O-7

Via  ap

www.viacap.com.br

SAC: 0800 740 7819

WhatsApp: +55 51 99728 5987

Telefone: 51 3303 3851